

**Relatório da Administração**

**Apresentação:** A Diretoria do Banco Citibank S.A. (Banco), em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresenta aos acionistas as Demonstrações Financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 e semestre findo em 31 de dezembro de 2017, bem como o Relatório do Comitê de Auditoria e o Relatório dos Auditores Independentes.

**Desempenho:** O Banco Citibank S.A. apresentou um lucro líquido de R\$ 471.429 (2016 - R\$ 541.855), correspondente a R\$ 16,65 (2016 - R\$ 19,14) por ação, o que representa uma rentabilidade anualizada sobre o Patrimônio Líquido de 9,46% (2016 - 10,00%). Em 31 de dezembro de 2017, o índice de Basileia do Conglomerado Prudencial era de 15,94% (2016 - 16,58%).

**Dividendos:** Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual ajustado nos termos da legislação societária, sujeito à aprovação da Assembleia Geral de Acionistas. No exercício de 2017 o Banco distribuiu dividendos e juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 963.700

(2016 - R\$ 350.000) e pagou o montante de R\$ 1.313.700 no segundo semestre de 2017.

**Comitê de Auditoria:** O Comitê de Auditoria é formado por até cinco representantes da diretoria e tem como principais atribuições as seguintes atividades: (i) avaliação e adequação das Demonstrações Financeiras, das empresas integrantes do Conglomerado Prudencial Citibank no Brasil, incluindo notas explicativas e relatório da auditoria externa; (ii) avaliação da efetividade e independência dos trabalhos desenvolvidos pelas auditorias interna e externa e o acompanhamento das recomendações de melhorias nos controles internos efetuadas pelas mesmas e; (iii) avaliação da efetividade dos controles internos, recomendando, sempre que julgado necessário, correções e aprimoramentos de políticas e práticas internas identificadas no âmbito de suas atribuições. O resumo do relatório que contempla as atividades exercidas pelo comitê acompanha as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, as quais foram aprovadas por esse comitê em reunião realizada em 26 de fevereiro de 2018.

Em 08 de outubro de 2016, o Banco Citibank S.A (Banco), empresa líder do Conglomerado Financeiro Citibank, e o grupo Itaú Unibanco celebraram contrato de compra e venda das operações de *Consumer Bank* no Brasil, onde o grupo Itaú Unibanco se tornou o sucessor dos negócios de varejo do Banco no Brasil, incluindo empréstimos, depósitos, cartões de crédito, 71 agências, gestão de recursos e corretagem de seguros, assim como as participações societárias detidas na TECBAN - Tecnologia Bancária S.A. (0,81%) e na CIBRASEC - Companhia Brasileira de Securitização (3,60%). A transação foi aprovada pelo CADE - Conselho Administrativo de Defesa Econômica em agosto de 2017 e pelo Banco Central do Brasil em outubro de 2017. A operação de venda do *Consumer Bank* foi concluída no segundo semestre de 2017.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2018.

**A Diretoria**

**Balancos Patrimoniais**  
**Em 31 de dezembro de 2017 e 2016**

<i>(Em milhares de Reais)</i>			2017	2016
	Nota		2017	2016
<b>ATIVO</b>				
<b>Circulante</b>			<b>45.752.922</b>	<b>52.042.566</b>
<b>Disponibilidades</b>	<b>4</b>		<b>427.190</b>	<b>762.252</b>
<b>Aplicações interfinanceiras de liquidez</b>	<b>5</b>		<b>13.517.087</b>	<b>9.624.890</b>
Aplicações em operações compromissadas			11.717.460	7.944.741
Aplicações em depósitos interfinanceiros			1.021.556	912.470
Aplicações em moedas estrangeiras			778.071	767.679
<b>Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos</b>	<b>6 e 7</b>		<b>11.121.763</b>	<b>13.104.313</b>
Carteira própria			5.900.469	6.876.227
Vinculadas a operações compromissadas			2.760.866	1.904.451
Instrumentos financeiros derivativos			2.284.066	3.281.088
Vinculadas à prestação de garantias			176.362	1.042.547
<b>Relações interfinanceiras</b>			<b>3.654.410</b>	<b>5.856.246</b>
Créditos vinculados:				
Depósitos no Banco Central			3.654.333	5.856.128
Correspondentes no país			77	118
<b>Operações de crédito</b>	<b>8</b>		<b>5.738.894</b>	<b>8.383.269</b>
Operações de crédito vinculadas à cessão (Provisão para créditos de liquidação duvidosa)			6.017.866	9.102.119
			(278.972)	(723.667)
<b>Outros créditos</b>	<b>11.279.305</b>		<b>14.295.389</b>	<b>14.295.389</b>
Créditos por avais e fianças honradas	8		-	5.187
Carteira de câmbio	9		8.014.713	8.712.541
Rendas a receber			277.172	364.406
Negociação e intermediação de valores	10		18.767	22.891
Crédito tributário	11		397.273	568.867
Diversos	12		2.622.629	4.936.538
(Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa)			(51.249)	(315.041)
<b>Outros valores e bens</b>	<b>8</b>		<b>14.273</b>	<b>16.207</b>
Outros valores e bens			-	1.253
Despesas antecipadas	13		14.273	14.954
<b>Não circulante</b>	<b>14.074.829</b>		<b>17.874.824</b>	<b>17.874.824</b>
<b>Realizável a longo prazo</b>	<b>13.297.839</b>		<b>16.944.381</b>	<b>16.944.381</b>
<b>Aplicações interfinanceiras de liquidez</b>	<b>5</b>		<b>-</b>	<b>30.018</b>
Aplicações em depósitos interfinanceiros			-	30.018
<b>Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos</b>	<b>6 e 7</b>		<b>9.738.190</b>	<b>10.496.928</b>
Carteira própria			1.073.465	1.073.465
Vinculadas a operações compromissadas			2.528.056	1.501.138
Instrumentos financeiros derivativos			1.587.341	2.234.783
Vinculadas à prestação de garantias			4.648.350	6.438.542
<b>Operações de crédito</b>	<b>8</b>		<b>1.760.709</b>	<b>4.498.494</b>
Operações de crédito - Setor privado			1.833.859	4.428.190
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)			(73.150)	(330.216)
<b>Outros créditos</b>	<b>1.798.940</b>		<b>1.918.941</b>	<b>1.918.941</b>
Créditos por avais e fianças honradas	8		11.700	146.414
Carteira de câmbio	9		169.030	123.426
Rendas a receber			3.384	2.579
Crédito tributário	11		516.567	939.509
Diversos	12		1.098.469	707.013
(Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa)			(210)	-
<b>Permanente</b>	<b>776.990</b>		<b>930.443</b>	<b>930.443</b>
<b>Investimentos</b>	<b>14</b>		<b>499.687</b>	<b>470.417</b>
Participações em coligadas e controladas			496.551	465.506
Outros investimentos			9.116	10.911
(Provisão para perdas)			(5.980)	(5.980)
<b>Imobilizado de uso</b>	<b>15</b>		<b>107.488</b>	<b>192.856</b>
Sistemas de processamento de dados			135.772	159.110
Outras imobilizações de uso			274.002	520.827
(Depreciações acumuladas)			(302.286)	(487.081)
<b>Intangível</b>	<b>16</b>		<b>169.815</b>	<b>267.170</b>
Ativos intangíveis			276.713	461.064
(Amortizações acumuladas)			(106.898)	(193.894)
<b>Total do ativo</b>	<b>59.827.751</b>		<b>69.917.390</b>	<b>69.917.390</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

<i>(Em milhares de Reais)</i>			2017	2016
	Nota		2017	2016
<b>PASSIVO</b>				
<b>Circulante</b>			<b>46.769.490</b>	<b>47.898.591</b>
<b>Depósitos</b>	<b>17</b>		<b>14.513.671</b>	<b>17.088.890</b>
Depósitos à vista			4.882.711	5.801.112
Depósitos de poupança			-	867.846
Depósitos interfinanceiros			3.084.873	3.261.323
Depósitos a prazo			6.546.087	7.158.609
<b>Captações no mercado aberto</b>	<b>18</b>		<b>6.956.552</b>	<b>5.274.711</b>
Carteira própria			4.732.604	2.144.049
Carteira de terceiros			3.165	49.299
Carteira livre movimentação			2.220.783	3.081.363
<b>Recursos de aceites e emissão de títulos</b>			<b>1.869.847</b>	<b>280.209</b>
Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares			1.564.184	226.318
Certificado de operações estruturadas			305.663	53.891
<b>Relações interfinanceiras</b>			<b>1.252.924</b>	<b>1.237.710</b>
Correspondentes no país	33.b		1.252.924	1.237.710
<b>Relações interdependências</b>			<b>1.049.681</b>	<b>1.143.168</b>
Recursos em trânsito de terceiros			1.049.681	1.143.168
<b>Obrigações por empréstimos</b>	<b>19.a</b>		<b>7.052.177</b>	<b>4.941.510</b>
Empréstimos no exterior			7.052.177	4.941.510
<b>Obrigações por repasses do país</b>	<b>19.b</b>		<b>454.862</b>	<b>119.580</b>
<b>Instituições oficiais</b>				
BNDES			399.223	77.495
FINAME			787	2.116
Outras instituições			54.962	39.969
<b>Instrumentos financeiros derivativos</b>	<b>7</b>		<b>2.577.769</b>	<b>2.832.349</b>
Instrumentos financeiros derivativos			2.577.769	2.832.349
<b>Obrigações por repasses do exterior</b>	<b>19.b</b>		<b>1.263.074</b>	<b>1.603.787</b>
Repasses do exterior			1.263.074	1.603.787
<b>Outras obrigações</b>			<b>9.778.933</b>	<b>13.376.677</b>
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	9		145.466	176.473
Carteira de câmbio			7.654.064	8.038.480
Sociais e estatutárias	20		87.980	394.107
Fiscais e previdenciárias	21		127.187	142.351
Sociais e estatutárias	20		931.324	849.059
Diversas	22		832.912	3.676.207
<b>Não circulante</b>	<b>17</b>		<b>8.076.265</b>	<b>16.601.606</b>
<b>Depósitos</b>	<b>17</b>		<b>3.273.159</b>	<b>7.809.916</b>
Depósitos interfinanceiros			683.291	524.103
Depósitos a prazo			2.589.868	7.285.813
<b>Captações no mercado aberto</b>	<b>18</b>		<b>505.535</b>	<b>516.654</b>
Carteira própria			505.535	516.654
<b>Recursos de aceites e emissão de títulos</b>			<b>374.910</b>	<b>2.913.012</b>
Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares			46.941	2.617.229
Certificado de operações estruturadas			327.969	329.783
<b>Obrigações por empréstimos</b>	<b>19.a</b>		<b>705</b>	<b>927.375</b>
Empréstimos no exterior			705	927.375
<b>Obrigações por repasses do país</b>	<b>19.b</b>		<b>109.368</b>	<b>555.997</b>
<b>Instituições oficiais</b>				
BNDES			541.954	14.043
FINAME			8.280	14.043
<b>Instrumentos financeiros derivativos</b>	<b>7</b>		<b>1.256.738</b>	<b>1.601.347</b>
Instrumentos financeiros derivativos			1.256.738	1.601.347
<b>Obrigações por repasses do exterior</b>	<b>19.b</b>		<b>1.306.370</b>	<b>967.536</b>
Repasses do exterior			1.306.370	967.536
<b>Outras obrigações</b>			<b>1.198.272</b>	<b>1.262.181</b>
Carteira de câmbio	9		164.192	122.570
Fiscais e previdenciárias	21		44.839	40.581
Negociação e intermediação de valores	10		-	175.856
Diversas	22		989.241	923.174
<b>Resultados de exercícios futuros</b>			<b>51.208</b>	<b>48.588</b>
Resultados de exercícios futuros			51.208	48.588
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>25</b>		<b>4.981.996</b>	<b>5.417.193</b>
Capital social - De domiciliados no exterior			2.599.740	2.600.000
Reserva de lucros			2.332.624	2.825.191
Ajustes de avaliação patrimonial			49.632	(7.998)
<b>Total do passivo</b>	<b>59.827.751</b>		<b>69.917.390</b>	<b>69.917.390</b>

**Demonstrações dos Resultados**

**Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 e semestre findo em 31 de dezembro de 2017**

<i>(Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por lote de mil ações)</i>			2º semestre	2017	2017	Exercícios
	Nota		2017	2017	2017	2016
<b>Receitas da intermediação financeira</b>			<b>2.700.884</b>	<b>6.165.485</b>	<b>6.754.945</b>	<b>6.754.945</b>
Operações de crédito	8.g		758.888	1.838.007	2.354.967	2.354.967
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários			1.632.430	3.449.467	4.447.425	4.447.425
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	7		(36.422)	92.028	(2.055.219)	(2.055.219)
Resultado de operações de câmbio			216.052	435.366	1.671.700	1.671.700
Resultado de aplicações compulsórias			128.709	344.835	330.885	330.885
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros			1.227	5.782	5.187	5.187
<b>Despesas da intermediação financeira</b>			<b>(1.722.115)</b>	<b>(3.773.320)</b>	<b>(4.787.385)</b>	<b>(4.787.385)</b>
Operações de captação no mercado			(1.147.085)	(2.848.484)	(4.027.721)	(4.027.721)
Operações de empréstimos e repasses			(375.707)	(515.383)	258.967	258.967
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros			(114)	(336)	(12.745)	(12.745)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8.f		(199.209)	(409.117)	(1.005.886)	(1.005.886)
<b>Resultado bruto da intermediação financeira</b>			<b>978.769</b>	<b>2.392.165</b>	<b>1.967.560</b>	<b>1.967.560</b>
<b>Outras receitas(despesas) operacionais</b>			<b>(769.917)</b>	<b>(1.605.723)</b>	<b>(1.445.897)</b>	<b>(1.445.897)</b>
Receitas de prestação de serviços	26		572.073	1.111.041	950.691	950.691
Receitas de tarifas bancárias	26		126.983	300.589	330.676	330.676
Despesas de pessoal			(480.257)	(1.092.176)	(1.202.074)	(1.202.074)
Outras despesas administrativas	27		(672.215)	(1.387.948)	(1.378.826)	(1.378.826)
Despesas tributárias			(165.894)	(341.761)	(348.990)	(348.990)
Resultado de participações em coligadas e controladas	14		61.530	180.914	408.322	408.322
Outras receitas operacionais	28		201.730	506.984	551.192	551.192
Outras despesas operacionais	28		(413.867)	(893.366)	(756.888)	(756.888)
<b>Resultado operacional</b>			<b>208.852</b>	<b>786.442</b>	<b>521.663</b>	<b>521.663</b>
<b>Resultado não operacional</b>	<b>33.c</b>		<b>255.650</b>	<b>254.394</b>	<b>(90.183)</b>	<b>(90.183)</b>
<b>Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações</b>			<b>464.502</b>	<b>1.040.836</b>	<b>431.480</b>	<b>431.480</b>
<b>Provisão para imposto de renda e contribuição social</b>	<b>29</b>		<b>(254.527)</b>	<b>(400.186)</b>	<b>246.275</b>	<b>246.275</b>
Pro						

...Continuação

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras**

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 e semestre findo em 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de Reais)

**k) Permanente**

**i. Investimentos**

As participações em coligadas e controladas estão avaliadas pelo método de equivalência patrimonial ou pelo método de custo, dependendo da relevância do investimento.

Os outros investimentos são compostos, basicamente, por:

- Ações de empresa de liquidação e custódia vinculadas à B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, mantidas a custo original; e
- Outros investimentos, avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perda, quando aplicável.

**ii. Imobilizado**

Até dezembro de 2016, o imobilizado era registrado pelo custo de aquisição ou formação e depreciado pelo método linear, utilizando as taxas anuais de 10% para móveis, utensílios, instalações e sistemas de segurança, 20% para sistema de processamento de dados e veículos.

A partir de janeiro de 2017, atendendo à Resolução nº 4.535 do Conselho Monetário Nacional - CMN, de 24 de novembro de 2016, os novos imobilizados são reconhecidos pelo valor de custo, que compreende o preço de aquisição ou construção à vista, acrescido de eventuais impostos de importação e impostos não recuperáveis sobre a compra, demais custos diretamente atribuíveis necessários para colocar o ativo no local e condição para o seu funcionamento, e estimativa inicial dos custos de desmontagem e remoção do ativo e de restauração do local em que está localizado. Adicionalmente, a depreciação corresponde ao valor depreciável dividido pela vida útil do ativo, calculada de forma linear, a partir do momento em que o bem estiver disponível para uso, é reconhecida mensalmente em contrapartida à conta específica de despesa operacional. Considera-se vida útil, o período de tempo durante o qual a entidade espera utilizar o ativo.

**iii. Intangível**

O ativo intangível é composto por:

- Aquisição e desenvolvimento de software registrados pelo custo de aquisição ou formação, amortizados pelo método linear utilizando-se a taxa anual de 20%, contabilizados a partir de 1º de outubro de 2008; e
- Aquisição do direito de exploração de folha de pagamento, amortizados pelo prazo contratual.

A partir de janeiro de 2017, atendendo à Resolução nº 4.534 do Conselho Monetário Nacional - CMN, de 24 de novembro de 2016, os novos ativos intangíveis serão reconhecidos pelo valor de custo, que compreende o preço de aquisição ou o custo de desenvolvimento à vista, acrescido de eventuais impostos de importação e impostos não recuperáveis, e demais custos diretamente atribuíveis, necessários para a preparação do ativo para a finalidade proposta. A amortização será reconhecida mensalmente, ao longo da vida útil estimada do ativo, em contrapartida à conta específica de despesa operacional. Considera-se vida útil, o período de tempo durante o qual o Banco espera utilizar o ativo. Os ativos intangíveis caracterizados como de vida útil indefinida não são amortizados.

**l) Redução do valor recuperável de ativos (impairment)**

O Conselho Monetário Nacional - CMN, emitiu em 29 de maio de 2008 a Resolução nº 3.566, com efeito, a partir de 1º de julho de 2008, aprovando a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 01, que dispõe sobre procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas em relação ao valor recuperável de ativos (*impairment*), estabelecendo os seguintes critérios:

- Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados anualmente para a verificação de *impairment* e/ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável; e
- Uma perda por *impairment* ocorre quando o valor líquido contábil do ativo excede seu valor recuperável, sendo reconhecida diretamente no resultado.

**m) Obrigações por empréstimos e repasses**

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridas.

**n) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais**

São avaliados, reconhecidos e demonstrados de acordo com as determinações estabelecidas na Resolução nº 3.823 de 16 de dezembro de 2009, do Conselho Monetário Nacional - CMN, que aprovou a utilização do Pronunciamento Técnico CPC 25, e Carta Circular nº 3.429 de 11 de fevereiro de 2010 do BACEN.

**i. Ativos e passivos contingentes**

Representados por direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência dependa de eventos futuros.

**Ativos contingentes** - Não são reconhecidos, exceto quando há existência de evidências que assegurem sua realização. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas. **Passivos contingentes** - Basicamente, decorrem de processos judiciais e administrativos inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros em ações civis, trabalhistas, de natureza fiscal e previdenciária e outros riscos. Conforme define o CPC 25, as contingências são classificadas como prováveis, para as quais são constituídas provisões; possíveis, que somente são divulgadas em notas explicativas sem que sejam provisionadas; e remotas, que não requerem provisão e divulgação. A análise e classificação das provisões prováveis é realizada com base na avaliação de assessores jurídicos e da Administração.

As reservas trabalhistas são calculadas para todos os funcionários cujo contrato de trabalho foi encerrado voluntariamente ou involuntariamente conforme o prazo prescricional da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) (2 anos), pois a entidade espera uma possível saída de recursos. Quando o funcionário aciona a justiça do trabalho, a provisão passa a seguir o critério descrito abaixo:

As ações civis e trabalhistas são classificadas como massificadas ou relevantes, dependendo do valor do pedido. As ações civis com valores inferiores a R\$ 300 e as trabalhistas com pedidos inferiores a R\$ 500 são consideradas massificadas. As ações massificadas são provisionadas com base na média de perda histórica calculada com base nos casos encerrados nos últimos 18 meses acrescidas dos juros desde a data de ajuizamento/citação mensalmente.

Para as ações consideradas relevantes, o critério para constituição de provisão é o seguinte:

No ajuizamento da causa, os processos trabalhistas são provisionados com base em percentual do valor do pedido. O referido percentual é calculado de acordo com a média histórica de pagamentos dos processos encerrados nos últimos 18 meses considerados relevantes, tomando em consideração percentual de ganhos de causa, percentual de acordos e percentual de perdas quando da sentença em primeira instância adicionado do valor de risco existente na base ativa. A avaliação individual da probabilidade de perda é efetuada com base no julgamento dos advogados internos ou externos, sobre o fundamento jurídico da causa, a viabilidade de produção de provas, da jurisprudência em questão, da possibilidade de recorrer a instâncias superiores e da experiência histórica da empresa. Esse é um exercício subjetivo, sujeito a incertezas de uma previsão sobre eventos futuros, sobre maneira acerca de matéria jurídica. Como tal, é entendido que as avaliações serão sujeitas à revisão frequente e a eventuais alterações.

As ações civis consideradas relevantes terão sua avaliação de risco calculada pelos advogados externos e serão provisionadas pelo valor do risco de perda quando considerada como perda provável.

As ações fiscais e previdenciárias são representadas por exigíveis relativos às obrigações tributárias, cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação judicial. São constituídas pelo valor integral em discussão, independentemente da avaliação dos consultores legais e da Administração.

As ações são quantificadas quando do recebimento da notificação dos processos administrativos, com base nos valores destes, atualizados mensalmente.

As ações civis, fiscais e previdenciárias e trabalhistas estão registradas na rubrica contábil "Outras obrigações - Diversas".

**o) Imposto de renda e contribuição social**

As provisões para o imposto de renda e contribuição social foram constituídas sobre o lucro líquido ajustado conforme legislação fiscal, às alíquotas de 15% acrescidas do adicional de 10% para o imposto de Renda. Em 22 de maio de 2015, foi editada pelo Poder Executivo a MP nº 675/2015, que aumentou a alíquota da CSLL sobre o lucro de instituições financeiras de 15% para 20%. A MP entrou em vigor a partir de 1º de setembro de 2015 e a referida MP foi convertida na Lei nº 13.169 de 6 de outubro de 2015.

Os créditos tributários são constituídos com base nas disposições constantes na Resolução nº 3.059, de 20 de dezembro de 2002, e na Resolução nº 3.355, de 31 de março de 2006, do Conselho Monetário Nacional - CMN, que determinam que o Banco deve atender, cumulativamente, para registro e manutenção contábil de créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda, de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido e aqueles decorrentes de diferenças temporárias, as seguintes condições:

- i. Apresentar histórico de lucros ou receitas tributárias para fins de imposto de renda e contribuição social, no mínimo, em três exercícios dos últimos cinco exercícios sociais, incluindo o exercício em referência; e
- ii. Expectativa de geração de lucros tributáveis futuros para fins de imposto de renda e contribuição social, conforme o caso, em exercícios subsequentes, baseada em estudos técnicos que permitam a realização do crédito tributário em um prazo máximo de 10 anos.

**p) Plano de incentivos com base em ações**

O Banco participa de planos de incentivos com base em ações do Citigroup, representado pelo seguinte programa:

- CAP (*Capital Accumulation Program*), que oferece ações aos funcionários, com base no Acordo de Participação de Afiliadas em Planos de Ações (*Stock Plans Affiliate Participation Agreement - SPAPA*) em que o Banco efetua remessa de câmbio ao Citigroup pelo preço de mercado da ação na data de transferência dos recursos.

O CAP é um programa com liquidação em instrumento financeiro, com contabilização das respectivas obrigações de efetuar pagamentos ao Citigroup Inc. É reconhecido o valor justo dos prêmios na data de concessão como uma despesa de remuneração durante o período de aquisição, com um crédito correspondente na provisão. Todos os valores pagos ao Citigroup Inc. e as respectivas obrigações segundo o SPAPA são reconhecidos no resultado ao longo do período de aquisição.

**q) Benefícios pós-emprego**

O Banco participa de plano de benefício de aposentadoria suplementar de contribuição definida. A despesa no resultado representa as contribuições pagas em relação ao serviço prestado pelos funcionários durante o ano. O Banco também participa de plano de benefício de aposentadoria e plano de assistência à saúde para aposentados de benefício definido onde não há participação do funcionário em seu custo. Para seus planos de benefício definido, a obrigação reconhecida no balanço representa o cálculo atuarial do valor presente da obrigação relativa a benefícios definidos na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano, juntamente com ajustes referentes ao custo do serviço passado.

A obrigação relativa a benefícios definidos é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método da unidade de crédito projetada. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas de caixa estimadas futuras, utilizando taxas de juros de títulos do governo denominados na moeda em que os benefícios serão pagos, e que tenham prazos de vencimento similares aos prazos da respectiva obrigação previdenciária. Os ganhos e as perdas atuariais são reconhecidos imediatamente em ajuste de avaliação patrimonial. Os custos do serviço corrente e passado, as despesas de juros e o retorno esperado sobre os ativos são reconhecidos na demonstração do resultado.

Será reconhecido um excedente no balanço quando houver um benefício econômico disponível ao Banco como redução nas contribuições futuras ou como reembolso de verbas para a empresa (regra do teto do ativo - *asset ceiling*).

O Banco Central publicou em 25 de junho de 2015 a Resolução nº 4.424 do Conselho Monetário Nacional - CMN, referendando o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

Para o plano de assistência à saúde para aposentados essa Resolução não trouxe impactos no balanço patrimonial do Banco em função da adoção antecipada do CPC 33, considerando que este plano estava deficitário.

Os benefícios pós-emprego, relacionados a complemento de aposentadoria na modalidade contribuição definida e prestação de serviços assistenciais, na modalidade benefício definido, de responsabilidade do patrocinador, foram avaliados e mesmo estes, sendo superavitários, a aplicação da regra gera um impacto na linha de outros ajustes de avaliação patrimonial, lucros acumulados e resultado decorrente da contabilização do custo do benefício definido considerando premissas atuariais. Não houve impacto em ativos e passivos, dada a observância da regra do *asset ceiling*.

**i. Benefícios de Curto Prazo**

Os benefícios de curto prazo, inclusive Participação nos Lucros e Resultados, para os empregados atuais são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados.

**4 | Caixa e equivalentes de caixa**

	2017	2016
Disponibilidades em moeda nacional	2.954	289.329
Disponibilidades em moedas estrangeiras	424.236	472.923
Notas de Tesouro Nacional - Posição bancada	5.207.698	2.686.895
Aplicações em depósitos interfinanceiros	10.444	224.563
Aplicações em moedas estrangeiras	778.071	767.679
<b>Total</b>	<b>6.423.403</b>	<b>4.441.389</b>

**5 | Aplicações interfinanceiras de liquidez**

	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	2017 Total	2016 Total
<b>Aplicações em operações compromissadas</b>	<b>11.313.941</b>	<b>403.519</b>	<b>11.717.460</b>	<b>7.944.741</b>
Posição bancada	9.180.052	332.757	9.512.809	4.811.072
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	2.171.189	-	2.171.189	352.560
Letras do Tesouro Nacional - LTN	2.696.536	201.668	2.797.625	600.242
Notas do Tesouro Nacional - NTN	4.312.327	-	4.312.327	3.858.270
<b>Posição financeira</b>	<b>3.099</b>	<b>-</b>	<b>3.099</b>	<b>49.224</b>
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	47.503
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	-	1.721
Notas do Tesouro Nacional - NTN	3.099	-	3.099	-
<b>Posição vendida</b>	<b>2.130.790</b>	<b>70.762</b>	<b>2.201.552</b>	<b>3.084.445</b>
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1.155.380	-	1.155.380	1.069.160
Notas do Tesouro Nacional - NTN	975.410	70.762	1.046.172	2.015.285

	2017		2016	
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Total	Total
<b>Aplicações em depósitos interfinanceiros</b>	<b>134.022</b>	<b>887.534</b>	<b>1.021.556</b>	<b>942.488</b>
Certificados de depósitos interfinanceiros	134.022	887.534	1.021.556	942.488
<b>Outras aplicações</b>	<b>778.071</b>	<b>-</b>	<b>778.071</b>	<b>767.679</b>
Aplicações em moedas estrangeiras	778.071	-	778.071	767.679
<b>Total</b>	<b>12.226.034</b>	<b>1.291.053</b>	<b>13.517.087</b>	<b>9.654.908</b>

**6 | Títulos e valores mobiliários**

**a) Títulos para negociação**

O custo atualizado, acrescido dos rendimentos auferidos, e o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários classificados como títulos para negociação estavam assim apresentados:

	2017		2016	
	Custo atualizado	Valor de mercado	Custo atualizado	Valor de mercado
<b>Carteira própria</b>	<b>5.557.382</b>	<b>5.582.505</b>	<b>6.735.514</b>	<b>6.791.620</b>
Letras do Tesouro Nacional - LTN	4.203.339	4.204.311	4.059.583	4.075.299
Notas do Tesouro Nacional - LTN	1.174.049	1.175.635	2.563.595	2.606.488
Ações de companhias abertas	50.471	62.373	12.472	11.856
Ações recebidas por empréstimos	57.271	68.195	99.864	97.977
Debêntures	72.252	71.991	-	-
<b>Vinculados a compromissos de recompra</b>	<b>2.433.643</b>	<b>2.439.257</b>	<b>1.582.186</b>	<b>1.597.922</b>
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1.937.762	1.941.472	1.582.186	1.597.922
Notas do Tesouro Nacional - NTN	495.881	497.785	-	-
<b>Vinculados à prestação de garantias</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>508.609</b>	<b>509.579</b>
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	508.609	509.579
<b>Total</b>	<b>7.991.025</b>	<b>8.021.762</b>	<b>8.826.309</b>	<b>8.899.121</b>

O custo atualizado, acrescido dos rendimentos auferidos, e o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários classificados como disponíveis para venda estavam assim apresentados:

	2017		2016			
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos
<b>Carteira própria</b>	<b>130.568</b>	<b>2.890.194</b>	<b>892.586</b>	<b>739.172</b>	<b>341.603</b>	<b>588.382</b>
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	2.806.979	824.058	573.273	1	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	83.215	68.528	165.899	341.602	516.391
Ações de companhias abertas	62.373	-	-	-	-	-
Ações recebidas por empréstimos	68.195	-	-	-	-	-
Debêntures	-	-	-	-	-	71.991
<b>Vinculados a compromissos de recompra</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.401.447</b>	<b>582.397</b>	<b>81.703</b>	<b>373.710</b>
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	1.401.447	540.025	-	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	-	-	42.372	81.703	373.710
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	-	-	-	962.092
<b>Total</b>	<b>130.568</b>	<b>2.890.194</b>	<b>2.294.033</b>	<b>1.321.569</b>	<b>423.306</b>	<b>962.092</b>

**b) Títulos disponíveis para venda**

O custo atualizado, acrescido dos rendimentos auferidos, e o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários classificados como disponíveis para venda estavam assim apresentados:

	2017		2016	
	Custo atualizado	Valor de mercado	Custo atualizado	Valor de mercado
<b>Carteira própria</b>	<b>1.271.925</b>	<b>1.292.407</b>	<b>1.161.088</b>	<b>1.158.072</b>
Letras do Tesouro Nacional - LTN	406.148	425.963	542.041	550.377
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	113.813	113.780	11.180	11.149
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	-	98.533	87.656
Debêntures	751.964	752.664	509.334	508.890
<b>Vinculados a compromissos de recompra</b>	<b>2.760.933</b>	<b>2.849.665</b>	<b>1.047.522</b>	<b>1.056.667</b>
Letras do Tesouro Nacional - LTN	2.760.933	2.849.665	1.042.127	1.052.009
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	-	5.395	4.658
<b>Vinculados à prestação de garantias</b>	<b>4.723.921</b>	<b>4.824.712</b>	<b>6.867.067</b>	<b>6.971.510</b>
Letras do Tesouro Nacional - LTN	3.288.457	3.381.256	5.450.255	5.456.652
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1.405.134	1.413.126	1.326.134	1.433.091
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	-	90.678	81.767
Letras de Fundos de Investimentos	30.330	30.330	-	-
<b>Total</b>	<b>8.756.779</b>	<b>8.966.784</b>	<b>9.075.677</b>	<b>9.186.249</b>

O saldo de ajuste ao valor de mercado, no patrimônio líquido, refere-se aos ganhos/perdas não realizadas, deduzidos dos efeitos fiscais, no montante de R\$ 123.407 (2016 - R\$ 64.510).

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o Banco não possuía títulos classificados na categoria "Títulos mantidos até o vencimento".

Os títulos públicos encontram-se custodiados junto ao Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC, os títulos privados estão registrados na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão e as ações estão registradas na Câmara Brasileira de Liquidação e Custódia - CBLC.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 não foram efetuadas reclassificações dos títulos e valores mobiliários entre as categorias mencionadas na nota 3.d.

**7 | Instrumentos financeiros derivativos**

Os instrumentos financeiros derivativos representam contratos acordados com diversas contrapartes para administrar nossa exposição global e para auxiliar nossos clientes a administrar suas próprias exposições.

Contratos a termo e contratos futuros de taxa de juros e de moedas estrangeiras são compromissos para comprar ou vender um instrumento financeiro em uma data futura, a um preço ou rendimento contratado, e podem ser liquidados financeiramente. O valor nominal representa o valor de face do instrumento relacionado. Contratos futuros de mercadorias são compromissos para comprar ou vender mercadorias em uma data futura, por um preço contratado, que serão liquidados em dinheiro. O valor nominal representa a quantidade dessas mercadorias multiplicada pelo preço futuro na data do contrato. Para esses instrumentos são efetuadas liquidações diárias relacionadas às variações nos preços de mercado.

Contratos de swaps de taxa de juros e de câmbio são compromissos para liquidar em dinheiro em uma data ou datas futuras, o diferencial entre dois índices financeiros especificados (duas taxas de juros diferentes em uma única moeda ou duas taxas diferentes, cada uma delas em uma moeda diferente) aplicado sobre um valor referencial de principal.

Contratos de opção dão ao comprador, mediante o pagamento de um prêmio, o direito, mas não a obrigação, de comprar ou vender, dentro de um prazo limitado, um instrumento financeiro, inclusive um fluxo de juros, moedas estrangeiras, mercadorias e ações, a um preço contratado que também pode ser liquidado em dinheiro, com base no diferencial entre índices específicos.

O valor de mercado dos swaps é apurado considerando os fluxos de caixa projetados de cada uma de suas pontas, descontados a valor presente de acordo com suas respectivas curvas de juros, consideradas como representativas das condições de mercado por ocasião do encerramento do balanço. Os cálculos das curvas de juros utilizam modelos auditados e aprovados internamente pela área responsável por gestão de riscos do grupo.

Para as opções, são utilizados modelos estatísticos que consideram a volatilidade do preço do ativo objeto e as taxas de juros representativas das condições de mercado por ocasião do encerramento do balanço.

As principais taxas de juros utilizadas na composição das curvas de juros são extraídas dos futuros e swaps negociados na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, sendo que ajustes a tais curvas são efetuados sempre que determinados pontos são considerados sem liquidez suficiente para serem representativos, ou, por motivos atípicos, não representem fielmente as condições de mercado.

Os riscos de mercado e de crédito associados a esses produtos, bem como os riscos operacionais, são similares aos relacionados a outros tipos de instrumentos financeiros. Risco de mercado é a exposição criada pela potencial flutuação nas taxas de juros, taxas de câmbio, cotação de mercadorias, preços cotados em mercado de ações e outros valores, e em função do tipo de produto, do volume de operações, do prazo e condições do contrato e da volatilidade subjacente.

Risco de crédito é a exposição a perdas no caso de inadimplência de uma contraparte. A exposição ao risco de crédito nos contratos futuros é minimizada devido à liquidação diária em dinheiro. Os contratos de swaps proporcionam risco de crédito no caso da contraparte não ter a capacidade ou disposição para cumprir suas obrigações contratuais. A

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras**

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 e semestre findo em 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de Reais)

**b) Composição da carteira de crédito por nível de risco e setor econômico**

Nível de risco	2017					Provisão
	Comércio	Indústria	Intermediários financeiros	Pessoas físicas	Rural	
AA	1.421.376	3.787.593	30.637	88.831	4.553	164.058
A	652.083	2.552.123	-	55.828	-	173.440
B	202.123	847.649	414	6	3.444	35.784
C	73.157	118.553	-	-	-	191.710
D	44.001	127.026	-	-	-	117.027
E	21.744	5.954	-	-	-	27.698
F	3.923	3.613	-	-	-	7.536
G	41.540	11.381	-	-	-	52.921
H	134.668	160.602	-	-	-	295.270
<b>Total</b>	<b>2.584.951</b>	<b>7.614.494</b>	<b>31.051</b>	<b>144.665</b>	<b>7.997</b>	<b>373.282</b>
Provisão adicional (1)	-	-	-	-	-	8.274
<b>Total da provisão</b>						<b>(403.581)</b>

Nível de risco	2016					Provisão
	Comércio	Indústria	Intermediários financeiros	Pessoas físicas	Rural	
AA	1.937.376	3.048.354	22.055	266.171	76.657	449.594
A	612.852	2.242.705	435.782	3.219.473	61.369	1.150.957
B	436.156	379.980	11.769	3.689.634	17.754	27.414
C	95.635	19.990	3	111.808	-	433
D	23.032	234.061	69.609	762.956	1.821	31.218
E	8.256	24.858	5	118.212	8.473	122.418
F	16.822	7.215	-	98.007	-	888
G	13.804	78.987	1	116.679	6.178	215.649
H	103.087	191.383	77	436.376	7.674	141.114
<b>Total</b>	<b>3.246.820</b>	<b>7.227.533</b>	<b>539.301</b>	<b>6.499.316</b>	<b>173.748</b>	<b>1.930.214</b>
Provisão adicional (1)	-	-	-	-	-	6.977
<b>Total da provisão</b>						<b>(1.368.924)</b>

**c) Composição da carteira de crédito por nível de risco**

Nível de risco	2017				Nível de provisão	Curso normal	Vencidos > 14 dias	Total da provisão
	Curso normal	Vencidos > 14 dias	Total da carteira	%				
AA	5.497.384	-	5.497.384	51,06	-	-	-	
A	3.433.474	-	3.433.474	31,89	0,50%	(17.167)	(17.167)	
B	1.087.302	2.118	1.089.420	10,12	1,00%	(10.873)	(21)	
C	191.710	-	191.710	1,78	3,00%	(5.751)	(5.751)	
D	170.969	58	171.027	1,59	10,00%	(17.097)	(6)	
E	27.660	38	27.698	0,26	30,00%	(8.298)	(11)	
F	7.535	1	7.536	0,07	50,00%	(3.768)	(1)	
G	67.935	1.996	52.921	0,49	70,00%	(35.648)	(37.045)	
H	180.964	134.306	295.270	1,10	70,00%	(160.555)	(134.306)	
<b>Total</b>	<b>10.627.923</b>	<b>138.517</b>	<b>10.766.440</b>	<b>100,00</b>		<b>(259.566)</b>	<b>(135.742)</b>	
Provisão adicional (1)	-	-	-	-	-	-	8.274	
<b>Total da provisão</b>								<b>(403.581)</b>

Nível de risco	2016				Nível de provisão	Curso normal	Vencidos > 14 dias	Total da provisão
	Curso normal	Vencidos > 14 dias	Total da carteira	%				
AA	5.800.207	-	5.800.207	29,57	-	-	-	
A	8.722.138	-	8.722.138	44,46	0,50%	(43.611)	(43.611)	
B	2.239.114	4.196	2.243.307	11,44	1,00%	(22.391)	(42)	
C	224.675	3.194	227.869	1,16	3,00%	(6.740)	(96)	
D	110.266	12.431	112.697	5,72	10,00%	(111.027)	(1.243)	
E	264.961	17.261	282.222	1,44	30,00%	(79.488)	(5.178)	
F	64.135	58.797	122.932	0,63	50,00%	(32.068)	(29.399)	
G	87.935	147.714	215.649	1,10	70,00%	(47.555)	(103.400)	
H	532.292	347.419	879.711	4,48	100,00%	(532.292)	(347.419)	
<b>Total</b>	<b>19.025.720</b>	<b>591.012</b>	<b>19.616.732</b>	<b>100,00</b>		<b>(875.171)</b>	<b>(486.776)</b>	
Provisão adicional (1)	-	-	-	-	-	-	6.977	
<b>Total da provisão</b>								<b>(1.368.924)</b>

(1) No semestre findo em 31 de dezembro de 2016, o Banco passou a constituir provisão adicional ao mínimo requerido pelo Bacen para os clientes *Corporate*, de acordo com os percentuais adotados em metodologia interna.

**d) Composição da carteira de crédito por prazo de vencimento**

	2017	2016
Vencidas há mais de 14 dias	138.517	591.012
A vencer até 90 dias	4.410.399	7.879.168
De 91 a 360 dias	4.363.665	6.908.854
Acima de 360 dias	1.833.859	2.337.698
<b>Total</b>	<b>10.766.440</b>	<b>19.616.732</b>

**e) Composição da carteira de crédito por concentração**

	2017	2016
	Saldo	% Carteira
10 maiores devedores	2.969.027	27,58
20 seguintes maiores devedores	2.143.864	19,91
50 seguintes maiores devedores	2.401.307	22,30
100 seguintes maiores devedores	1.769.339	16,46
Demais clientes	1.463.903	13,60
<b>Total</b>	<b>10.766.440</b>	<b>100,00</b>

**f) Movimentações a conta de provisão para créditos de liquidação duvidosa**

	2º Semestre 2017		Exercícios 2016	
	2017	2017	2016	2016
<b>Crédito com características de concessão de crédito</b>				
Saldo inicial	(1.219.575)	(1.368.924)	(984.036)	(984.036)
Constituições líquidas de reversões	(199.209)	(409.117)	(1.005.886)	(1.005.886)
Créditos baixados como prejuízo	325.111	684.368	620.998	620.998
Baixa pela Cisão da Carteira <i>Consumer</i>	690.092	690.092	-	-
Saldo final	(403.581)	(403.581)	(1.368.924)	(1.368.924)
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	83.692	209.803	235.693	235.693
Regeneração de créditos	(264.457)	163.076	754.091	754.091

**g) Composição do resultado de operações de crédito**

	2º Semestre 2017		Exercícios 2016	
	2017	2017	2016	2016
Empréstimos	397.635	1.087.875	1.661.983	1.661.983
Rendas de financiamentos à exportação	148.151	203.422	23.199	23.199
Títulos descontados	80	774	1.302	1.302
Financiamentos	56.382	146.426	176.451	176.451
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	83.692	209.803	235.693	235.693
Rendas de financiamentos rurais e agroindustriais	34.189	89.859	122.115	122.115
Rendas de financiamentos habitacionais	35.428	91.415	119.803	119.803
Rendas de adiantamentos a depositantes	3.248	8.126	11.174	11.174
Financiamentos de títulos e valores mobiliários	83	307	526	526
Outros	-	-	2.721	2.721
<b>Total</b>	<b>758.888</b>	<b>1.838.007</b>	<b>2.354.967</b>	<b>2.354.967</b>

**h) Operações ativas vinculadas**

Apresentamos abaixo informações relativas a operações ativas vinculadas, realizadas na forma prevista na Resolução nº 2.921 de 17 de janeiro de 2002, do Conselho Monetário Nacional - CMN.

	2017		2016	
	Ativos (passivos)	Receitas (despesas)	Ativos (passivos)	Receitas (despesas)
Operações ativas vinculadas	1.059.774	16.690	989.208	40.970
Operações de crédito	-	-	-	-
Obrigações por operações ativas vinculadas	-	-	-	-
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	(1.059.774)	-	(989.208)	-
<b>Resultado líquido das operações vinculadas</b>	<b>-</b>	<b>16.690</b>	<b>-</b>	<b>40.970</b>

	2017				Total
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 1 ano	Total	
Operações ativas vinculadas	14.754	40.672	1.004.348	1.059.774	989.208

**9 | Carteira de câmbio**

	2017		2016	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
<b>Outros créditos</b>				
Operações compradas a liquidar	4.573.632	87.531	4.674.733	57.469
Direitos sobre venda de câmbio	3.488.315	81.284	4.081.614	61.791
Adiantamentos em moeda nacional recebidos (-)	(52.740)	-	(53.212)	-
Rendas a receber de adiantamentos concedidos (nota 8.a)	5.506	215	9.406	4.163
Outros	-	-	-	3
<b>Total</b>	<b>8.014.713</b>	<b>169.030</b>	<b>8.712.541</b>	<b>123.426</b>

**Outras obrigações**

	2017		2016	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Câmbio vendido a liquidar	3.529.605	82.908	3.800.195	60.779
Obrigações por compra de câmbio	4.500.210	81.284	4.992.811	61.791
Adiantamentos sobre contratos de câmbio (nota 8.a)	(375.751)	-	(754.526)	-
<b>Total</b>	<b>7.654.064</b>	<b>164.192</b>	<b>8.038.480</b>	<b>122.570</b>

As responsabilidades por créditos abertos para importação no valor de R\$ 60.173 (2016 - R\$ 112.415) estão registradas em conta de compensação.

**10 | Negociação e intermediação de valores**

	2017		2016	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Devedores/credores por conta de liquidações pendentes	4.354	-	8.597	-
Operações com ativos financeiros e mercadorias a liquidar (posição própria)	11.186	75.325	14.294	393.303
Credores por empréstimos de ações	-	798.055	-	574.863
Outros créditos/obrigações por negociação e intermediação de valores	3.227	57.944	56.749	56.749
<b>Total</b>	<b>18.767</b>	<b>931.324</b>	<b>22.891</b>	<b>1.024.915</b>

**11 | Créditos tributários**

De acordo com as práticas contábeis e as regulamentações do Conselho Monetário Nacional - CMN, a Administração do Banco constituiu créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias em 31 de dezembro de 2017 e 2016. A referida constituição respeitou a projeção de lucratividade do Banco, bem como a expectativa de realização dos citados créditos tributários e o histórico de lucros fiscais nos últimos cinco exercícios.

**a) Movimentação de crédito tributário de imposto de renda**

	Saldo em 31/12/2016				Saldo em 31/12/2017			
	Constituição	Realização	Cisão	Total	Constituição	Realização	Cisão	Total
Provisão para outros pagamentos	111.380	162.537	(169.873)	(6.176)	97.868	-	-	97.868
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	496.468	157.652	(173.489)	(261.351)	219.280	-	-	219.280
Provisão para contingências trabalhistas, fiscais e cíveis	173.534	65.238	(49.571)	(59.476)	129.725	-	-	129.725
Ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão para bônus e gratificação periódica	84.400	94.571	(106.034)	72.937	865.782	502.593	(498.967)	(327.003)
<b>Total</b>	<b>865.782</b>	<b>502.593</b>	<b>(498.967)</b>	<b>(327.003)</b>	<b>542.405</b>	<b>502.593</b>	<b>(498.967)</b>	<b>(327.003)</b>

	Saldo em 31/12/2015				Saldo em 31/12/2016			
	Constituição	Realização	Cisão	Total	Constituição	Realização	Cisão	Total
Provisão para outros pagamentos	91.463	87.334	(67.417)	111.380	111.380	-	-	111.380
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	382.603	262.636	(148.771)	496.468	496.468	-	-	496.468
Provisão para contingências trabalhistas, fiscais e cíveis	160.101	60.502	(47.069)	173.534	173.534	-	-	173.534
Ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão para bônus e gratificação periódica	79.546	79.275	(79.546)	84.400	84.400	-	-	84.400
<b>Total</b>	<b>784.361</b>	<b>489.747</b>	<b>(408.326)</b>	<b>865.782</b>	<b>865.782</b>	<b>502.593</b>	<b>(498.967)</b>	<b>(327.003)</b>

**b) Movimentação de crédito tributário de contribuição social**

|--|

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 e semestre findo em 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de Reais)

### 25) Patrimônio líquido

#### a) Capital social

Em 31 de outubro de 2017 de acordo com a AGE foi deliberada a redução do capital social no montante de R\$ 260 em decorrência da cisão parcial para o Itaú Unibanco S.A. e para a Itaucard, aprovado pelo Bacen em 18 de janeiro de 2018.

O Banco cancelou 2.831.052 ações ordinárias, passando ser representado por 28.307.688.315 ações ordinárias (2016 - 28.310.519.367), nominativas e sem valor nominal.

#### b) Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada período nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/1976, até o limite de 20% do capital social.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 o Banco constituiu reserva legal no montante de R\$ 23.572 (2016 - R\$ 27.092).

#### c) Reserva estatutária

Constituída sob a forma de (i) reserva para equalização de dividendos e tem por finalidade garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas, estando limitada a 90% do capital social do Banco e (ii) reserva para reforço de capital de giro, visando garantir meios financeiros para a operação do Banco, estando limitada a 10% do seu capital social.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram constituídas reservas estatutárias no montante de R\$ 283.861 (2016 - R\$ 207.930) de lucros acumulados do exercício, sendo, R\$ 255.475 (2016 - R\$ 184.789) destinados para reserva de equalização de dividendos, R\$ 28.386 (2016 - R\$ 23.141) para reserva de reforço de capital de giro e reservas especiais de lucros no montante de R\$ 0 (2016 - R\$ 23.490).

#### d) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual ajustado nos termos da legislação societária, sujeito à aprovação da Assembleia Geral de Acionistas.

Em AGE realizada em 22 de dezembro de 2017 foi aprovada a distribuição e o pagamento de dividendos no valor total de R\$ 550.000, sendo consumida a reserva estatutária apurada em exercícios anteriores.

Em 31 de outubro de 2017, de acordo com a AGE, foi aprovada a distribuição e o pagamento de dividendos no valor líquido de R\$ 163.700 a título de lucros acumulados.

Conforme AGE de 29 de junho de 2017, o Banco aprovou distribuir ao acionista dividendos no valor de R\$ 250.000, deste valor, R\$ 226.510 sendo consumida a reserva estatutária, e R\$ 23.490 da reserva especial de lucro, apurados no exercício de 2016.

Em 28 de dezembro de 2016, conforme AGE, o Banco aprovou a deliberação de juros a título de remuneração sobre o capital próprio no valor bruto de R\$ 350.000 referente ao exercício de 2016, pagos em 17 de julho de 2017.

#### e) Ajuste de avaliação patrimonial

Compreende os ganhos e perdas de títulos disponíveis para venda e abrange a diferença entre as estimativas (premissas) e o efetivamente ocorrido nos planos de previdência privada e assistência médica.

### 26) Receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias

	2º Semestre		Exercícios	
	2017	2017	2016	2016
Receitas de administração de fundos de investimento (1)	51.691	117.613	121.489	121.489
Receitas de utilização de serviços (2)	71.221	177.439	194.564	194.564
Receitas de garantias prestadas	43.280	84.160	87.289	87.289
Receitas de cobrança, de comissão e colocação de títulos	13.666	29.926	41.107	41.107
Receitas de assessoria econômica e financeira	6.262	12.927	25.706	25.706
Receitas de serviços financeiros	62.678	62.678	13	13
Receitas de operações de cartões de crédito	34.961	76.685	84.115	84.115
Receitas de serviços prestados a ligadas (3)	295.314	498.676	355.690	355.690
Receitas de serviços de custódia	200	731	1.848	1.848
Outras	32.800	50.198	38.870	38.870
<b>Total</b>	<b>572.073</b>	<b>1.111.041</b>	<b>950.691</b>	<b>950.691</b>
Receitas de tarifas bancárias - Renda de anuidade de cartão de crédito	39.520	102.125	125.662	125.662
Receitas de tarifas bancárias - Pessoa jurídica	28.872	58.320	46.612	46.612
Receitas de tarifas bancárias - Pessoa física	58.591	140.144	158.402	158.402
<b>Total</b>	<b>126.983</b>	<b>300.589</b>	<b>330.676</b>	<b>330.676</b>

(1) Trata-se de remuneração paga pelo administradores de fundos de investimentos externos, no qual o Banco presta serviço referente à distribuição de cotas.

(2) Remuneração paga pelos estabelecimentos em contrapartida ao direito de integrar o sistema de pagamentos via cartão de crédito.

(3) As receitas de prestação de serviços a ligadas são decorrentes da celebração dos contratos de atribuição de receitas por país que gerou um impacto de R\$ 491.882 (2016 - R\$ 348.492).

### 27) Outras despesas administrativas

	2º Semestre		Exercícios	
	2017	2017	2016	2016
Despesas de serviços de terceiros	(237.854)	(472.877)	(503.843)	(503.843)
Despesas de serviços técnicos especializados	(56.964)	(100.645)	(86.068)	(86.068)
Despesas de processamento de dados	(115.141)	(257.089)	(248.175)	(248.175)
Despesas de amortização e depreciação	(47.066)	(102.837)	(114.258)	(114.258)
Despesas de comunicação	(29.326)	(59.307)	(56.093)	(56.093)
Despesas de serviços do sistema financeiro	(69.833)	(129.671)	(103.273)	(103.273)
Despesas de aluguel	(34.966)	(78.375)	(66.665)	(66.665)
Despesas de manutenção e conservação de bens	(16.049)	(35.452)	(32.002)	(32.002)
Despesas de promoções e relações públicas	(8.051)	(22.224)	(23.219)	(23.219)
Despesas de propaganda e publicidade	(12.104)	(32.291)	(40.148)	(40.148)
Despesas de serviços de segurança e vigilância	(12.106)	(27.588)	(31.912)	(31.912)
Despesas de viagens	(8.474)	(16.602)	(21.885)	(21.885)
Despesas de arrendamentos de bens	(1.383)	(3.453)	(3)	(3)
Despesas de água, energia e gás	(3.327)	(7.610)	(9.053)	(9.053)
Despesas de material	(2.144)	(5.184)	(4.660)	(4.660)
Despesas de transporte	(2.892)	(6.526)	(5.318)	(5.318)
Outras	(14.535)	(30.217)	(32.251)	(32.251)
<b>Total</b>	<b>(672.215)</b>	<b>(1.387.948)</b>	<b>(1.378.826)</b>	<b>(1.378.826)</b>

### 28) Outras receitas/(despesas) operacionais

	2º Semestre		Exercícios	
	2017	2017	2016	2016
Receitas				
Receitas com operações de cartões de crédito (1)	50.801	140.244	132.677	132.677
Reversão de provisão para contingências (nota 23.b)	21.934	59.233	39.976	39.976
Atualização e recuperação de impostos	486	410	63.793	63.793
Atualização monetária de depósitos judiciais	18.112	46.025	35.971	35.971
Recuperação de encargos e despesas	10.110	28.289	19.914	19.914
Recuperação de encargos e despesas	10.110	28.289	19.914	19.914
Receitas com operações de cessão de crédito	86.351	160.281	173.091	173.091
Receita na remuneração com pagamento baseado em ações	-	-	2.162	2.162
Receitas com marcação a mercado de empréstimos de ações	-	-	1.648	1.648
Variação cambial - Ordem de pagamento ME (2)	322	927	-	-
Outras reversões de provisões operacionais	5.019	49.130	40.227	40.227
Outras	8.995	22.445	41.733	41.733
<b>Total</b>	<b>201.730</b>	<b>506.984</b>	<b>551.192</b>	<b>551.192</b>
Despesas				
Despesas com operações de cartões de crédito (3)	(91.901)	(243.460)	(327.008)	(327.008)
Despesas com provisões de contingências (nota 23.b)	(85.795)	(197.868)	(160.656)	(160.656)
Atualização monetária de contingências	(29.050)	(63.084)	(73.985)	(73.985)
Despesas com administração de recursos	(11.183)	(20.659)	(15.589)	(15.589)
Variação cambial - Ordem de pagamento ME (2)	-	-	(6.191)	(6.191)
Despesas com provisão de reestruturação de pessoal	(19.956)	(32.615)	(594)	(594)
Despesas com marcação a mercado de empréstimos de ações	(101)	(101)	(1.037)	(1.037)
Despesas de serviços prestados a ligadas (4)	(89.857)	(188.282)	(82.145)	(82.145)
Outras	(86.024)	(137.297)	(89.883)	(89.883)
<b>Total</b>	<b>(413.867)</b>	<b>(883.366)</b>	<b>(756.888)</b>	<b>(756.888)</b>

(1) Refere-se, substancialmente, às receitas de juros de mora e multa por inadimplência dos portadores de cartão de crédito.

(2) Os saldos credores apresentados por contas de resultado de natureza devedora, decorrentes da contabilização da variação cambial incidente sobre ordem de pagamento em moedas estrangeiras, foram reclassificados para esta rubrica.

(3) Refere-se, substancialmente, às comissões pagas às bandeiras e aos parceiros oriundos de transações realizadas pelos portadores de cartão de crédito.

(4) O aumento nas despesas de serviços a ligadas são decorrente da celebração dos contratos de atribuição de despesas por país.

### 29) Demonstrativo da base de cálculo do imposto de renda e contribuição social

#### a) Demonstrativo da base de cálculo do imposto de renda

	2º Semestre		Exercícios	
	2017	2017	2016	2016
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	464.502	1.040.836	431.480	431.480
(-) Participação estatutária no lucro	(80.098)	(169.221)	(135.900)	(135.900)
(-) Despesas de juros sobre capital próprio	-	-	(350.000)	(350.000)
<b>Resultado antes da tributação sobre o lucro</b>	<b>384.404</b>	<b>871.615</b>	<b>(54.420)</b>	<b>(54.420)</b>
Diferenças temporárias	101.148	56.968	613.392	613.392
Ajuste ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários	6.640	135.944	(19.832)	(19.832)
Provisão para devedores duvidosos	183.795	384.436	455.461	455.461
Provisão para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas	(1.789)	62.667	52.568	52.568
Provisão para bônus, gratificações e PLR	30.126	(46.100)	55.008	55.008
Provisão para outros pagamentos	17.598	(32.193)	70.187	70.187
Perdas em operações de crédito dedutíveis	(135.222)	(447.786)	-	-
<b>Diferenças permanentes</b>	<b>(37.501)</b>	<b>(155.892)</b>	<b>(402.394)</b>	<b>(402.394)</b>
Equivalência patrimonial	(61.530)	(180.914)	(251.921)	(251.921)
Perdas em operações de crédito não dedutíveis	355	1.039	639	639
Outras despesas não dedutíveis	23.674	23.983	(151.112)	(151.112)
<b>Resultado antes da compensação de prejuízos fiscais</b>	<b>448.051</b>	<b>772.691</b>	<b>156.578</b>	<b>156.578</b>
Base de cálculo do imposto de renda	448.051	772.691	156.578	156.578
Alíquotas de 15% e adicional de 10% para o imposto de renda	(111.229)	(191.303)	(36.979)	(36.979)
IRPJ exercícios anteriores	-	-	22.387	22.387
<b>Provisão para imposto de renda</b>	<b>(111.229)</b>	<b>(191.303)</b>	<b>(14.592)</b>	<b>(14.592)</b>
<b>Base tributável diferida</b>	<b>101.148</b>	<b>56.968</b>	<b>613.392</b>	<b>613.392</b>
Movimentação da provisão diferida para imposto de renda	25.287	14.242	153.348	153.348
IRPJ diferida exercícios anteriores	25.287	14.242	153.348	153.348
<b>Total da provisão diferida</b>	<b>(85.942)</b>	<b>(177.061)</b>	<b>138.920</b>	<b>138.920</b>

#### b) Demonstrativo da base de cálculo da contribuição social

	2º Semestre		Exercícios	
	2017	2017	2016	2016
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	464.502	1.040.836	431.480	431.480
(-) Participação estatutária no lucro	(80.098)	(169.221)	(135.900)	(135.900)
(-) Despesas de juros sobre capital próprio	-	-	(350.000)	(350.000)
<b>Resultado antes da tributação sobre o lucro</b>	<b>384.404</b>	<b>871.615</b>	<b>(54.420)</b>	<b>(54.420)</b>
Diferenças temporárias	101.148	56.968	613.392	613.392
Ajuste ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários	6.640	135.944	(19.832)	(19.832)
Provisão para devedores duvidosos	183.795	384.436	455.461	455.461
Provisão para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas	(1.789)	62.667	52.568	52.568
Provisão para bônus, gratificações e PLR	30.126	(46.100)	55.008	55.008
Provisão para outros pagamentos	17.598	(32.193)	70.187	70.187
Perdas em operações de crédito dedutíveis	(135.222)	(447.786)	-	-
<b>Diferenças permanentes</b>	<b>(37.501)</b>	<b>(155.892)</b>	<b>(401.633)</b>	<b>(401.633)</b>
Equivalência patrimonial	(61.530)	(180.914)	(251.921)	(251.921)
Perdas em operações de crédito não dedutíveis	355	1.039	639	639
Outras despesas não dedutíveis	23.674	23.983	(150.391)	(150.391)
<b>Resultado antes da compensação de prejuízos fiscais e base negativa</b>	<b>448.051</b>	<b>772.691</b>	<b>157.339</b>	<b>157.339</b>
Base de cálculo da contribuição social	448.051	772.691	157.339	157.339
Alíquota de 20% e 15% para contribuição social	(89.610)	(154.538)	(31.468)	(31.468)
CSLL exercícios anteriores	-	-	13.520	13.520
<b>Provisão para contribuição social</b>	<b>(89.610)</b>	<b>(154.538)</b>	<b>(17.948)</b>	<b>(17.948)</b>
<b>Base tributável diferida</b>	<b>101.148</b>	<b>56.968</b>	<b>613.392</b>	<b>613.392</b>
Movimentação da provisão diferida para contribuição social	15.172	8.545	92.009	92.009
Movimento majoração da alíquota CSLL 5%	(94.147)	(77.132)	33.195	33.195
CSLL diferida exercícios anteriores	-	-	99	99
<b>Total da provisão diferida</b>	<b>(78.975)</b>	<b>(68.587)</b>	<b>125.303</b>	<b>125.303</b>
<b>Total da contribuição social</b>	<b>(168.585)</b>	<b>(223.125)</b>	<b>107.355</b>	<b>107.355</b>

### 30) Transações com partes relacionadas

#### a) Transações com partes relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento à Resolução nº 3.750 de 30 de junho de 2009, do Conselho Monetário Nacional - CMN, observado o Pronunciamento Técnico CPC 05 - Divulgação de Partes Relacionadas, aprovado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

	2017			2016		
	Controladas (1)	Outras partes relacionadas No país (2)	exterior (3)	Controladas (1)	Outras partes relacionadas No país (2)	exterior (3)
Ativo	-	-	-	-	-	-
Disponibilidades em moeda estrangeira	-	-	187.985	-	-	312.908
Aplicações interfinanceiras de liquidez	-	-	778.047	99.321	-	765.482
Títulos e valores mobiliários	-	-	707.243	-	-	-

	2017			2016		
	Controladas (1)	Outras partes relacionadas No país (2)	exterior (3)	Controladas (1)	Outras partes relacionadas No país (2)	exterior (3)
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-	-
Operações de crédito	-	-	-	-	65.985	805.476
Outros créditos	29.200	3.247	5.933.843	2.180	1.911	6.579.690
Participações em coligadas e controladas no país	496.551	-	-	465.506	-	-
<b>Passivo</b>						
Depósitos	(555.165)	(3.470.520)	(1.049)	(1.941.337)	(3.615.355)	-
Captações no mercado aberto	(1.509.669)	(598.				

...Continuação

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras**

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 e semestre findo em 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de Reais)

operacionais em todos os produtos, linhas de negócios e regiões.

**Terceira Linha de Defesa:** A Auditoria Interna recomenda melhorias nos processos e práticas de forma contínua e oferece avaliação e análise independente.

- O Superintendente de Riscos Operacionais é responsável por garantir o controle e a direção estratégica no processo de identificação de riscos operacionais significativos e controles mitigadores conforme o processo global de Auto-Avaliação de Risco e Controle, bem como no cumprimento de todos os requisitos regulamentares aplicáveis. É também responsável por assegurar a comunicação ao *Chief Risk Officer* e ao Comitê de Riscos, Controles Internos e *Compliance*, assim como, quando necessário, aos Auditores Independentes e órgãos reguladores, dos riscos operacionais significativos e emergentes, das medidas mitigadoras adotadas, e das possíveis deficiências de controle agregadas e significativas na organização como um todo.

Para maiores informações sobre a estrutura de gerenciamento de risco operacional consulte o site [www.citi.com.br](http://www.citi.com.br) (não auditado), através das opções: Institucional-Código de Conduta e Políticas-Relatório de Gerenciamento de Riscos.

**34.3. Gerenciamento de risco de mercado**

Em atendimento à Resolução nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017, do Conselho Monetário Nacional - CMN, a diretoria do Banco Citibank S.A., na qualidade de instituição líder do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil, esclarece que possui uma diretoria de risco de mercado, instruída por políticas internas e obedientes à regulação brasileira.

As políticas internas definem as responsabilidades, os procedimentos, as metodologias, estrutura e as estratégias, segundo as diretrizes instituídas para controle de Risco de Mercado Global do Citigroup.

A estrutura e as estratégias para o gerenciamento de risco de mercado do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil são definidas através de políticas específicas abrangendo os seguintes tópicos: i) limites; ii) mensuração de riscos; iii) modelos; iv) avaliação de riscos nas carteiras de *banking*; v) apreçamento e marcação a mercado; e vi) novas transações, atividades e operações complexas.

**Comitê de Auditoria**

Em atendimento à Resolução nº 3.198/04 do Conselho Monetário Nacional - CMN, o Comitê de Auditoria do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil ("Conglomerado") foi instituído em 30 de abril de 2004 por meio da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária do Banco Citibank S.A. (empresa líder) sendo composto, atualmente, por três membros da atual Diretoria do Banco.

De acordo com seu regulamento interno, destacam-se as seguintes atribuições exercidas pelo Comitê:

- avaliação e adequação das Demonstrações Financeiras, das empresas integrantes do Conglomerado, incluindo notas explicativas e relatório dos auditores independentes;
- avaliação da efetividade e independência dos trabalhos desenvolvidos pelas auditorias interna e externa e o acompanhamento das recomendações de melhorias nos controles internos efetuadas pelas mesmas; e
- avaliação da efetividade dos controles internos, recomendando, sempre que julgado necessário, correções e aprimoramentos de políticas e práticas internas identificadas no âmbito de suas atribuições.

O Comitê reuniu-se formalmente por 10 vezes no período de 1º de janeiro de 2017 à 26 de fevereiro de 2018, onde desenvolveu as seguintes atividades:

**Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras**

Aos Administradores e à Diretoria do

Banco Citibank S.A

São Paulo - SP



**Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Citibank S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Citibank S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – Bacen.

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Ênfase**

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, que descreve que o Banco Citibank S.A., empresa líder do Conglomerado Financeiro Citibank, e o grupo Itaú Unibanco celebraram contrato de compra e venda das operações do Consumer Bank no Brasil.

A operação envolveu a reestruturação societária de algumas empresas do Conglomerado Financeiro Citibank, de modo que o negócio do varejo foi cindido e absorvido pelo grupo Itaú Unibanco. A aprovação da operação pelos órgãos reguladores foi finalizada em outubro de 2017. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Para maiores informações sobre a estrutura de gerenciamento de risco operacional consulte o site [www.citi.com.br](http://www.citi.com.br) (não auditado), através das opções: Institucional-Código de Conduta e Políticas-Relatório de Gerenciamento de Riscos.

**34.4. Gerenciamento de risco de crédito**

Em atendimento à Resolução nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017, do Conselho Monetário Nacional-CMN, a diretoria do Banco Citibank S.A., na qualidade de instituição líder do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil instituiu, em abril de 2010, a estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito.

A estrutura de gerenciamento de risco está em linha com os princípios da Resolução nº 3.721 e faz parte do *Independent Risk Management* do Citigroup. O Conglomerado Prudencial Citibank Brasil segue manuais, políticas e procedimentos que regem risco de crédito em suas diferentes unidades de negócio. Cada unidade possui política de crédito a nível global, sendo complementada por guias e manuais desenvolvidos de forma a identificar, mensurar, controlar e mitigar as exposições aos riscos de crédito em níveis considerados aceitáveis pela Administração.

Para maiores informações sobre a estrutura de gerenciamento de risco operacional consulte o site [www.citi.com.br](http://www.citi.com.br) (não auditado), através das opções: Institucional-Código de Conduta e Políticas-Relatório de Gerenciamento de Riscos.

**34.5. Gerenciamento de risco de liquidez**

Em cumprimento à Resolução, nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017, do Conselho Monetário Nacional - CMN, a diretoria do Banco Citibank S.A., na qualidade de instituição líder do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil, esclarece que possui uma estrutura de gerenciamento de risco de liquidez, instruída por políticas internas e obedientes à regulação brasileira.

As políticas internas definem as responsabilidades, os procedimentos, as metodologias, estrutura e as estratégias, segundo as diretrizes instituídas para controle de Risco de Liquidez Global do Citigroup.

A política de risco de liquidez é única e, portanto, aplicável para todo o Conglomerado Prudencial Citibank Brasil, incluindo todas as suas subsidiárias, e estabelece uma padronização para definir, mensurar, limitar e reportar o risco de liquidez, garantindo consistência de bases e metodologias entre áreas e países e

transparência nos relatórios de risco. O plano de liquidez do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil é elaborado anualmente e aborda todas as questões estratégicas de liquidez requeridas pela Política de Risco de Liquidez, estabelecendo métricas, relatórios e limites, incluindo a segregação por moeda, risco *intraday* e o plano de contingência para situações extremas. Como parte do plano de liquidez, as premissas e simulações de cenários de *stress* são revisados e aprovados pela alta administração no Comitê de Ativos e Passivos-ALCO.

Para maiores informações sobre a estrutura de gerenciamento de risco operacional consulte o site [www.citi.com.br](http://www.citi.com.br) (não auditado), através das opções: Institucional-Código de Conduta e Políticas-Relatório de Gerenciamento de Riscos.

**34.6. Gerenciamento de risco socioambiental**

A diretoria do Banco Citibank S.A., na qualidade de instituição líder do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil, em linha com as Resoluções nº 4.327 de 25 de abril 2014 e nº 4.557 de 23 de fevereiro de 2017 do Conselho Monetário Nacional - CMN, estabelece política interna, procedimentos e governança, sob supervisão CRO, para gerenciamento de risco socioambiental.

Para maiores informações sobre a estrutura de gerenciamento de risco de socioambiental consulte o site [www.citi.com.br](http://www.citi.com.br) (não auditado), através das opções: Institucional-Código de Conduta e Políticas-Responsabilidade Socioambiental.

**34.7. Gerenciamento de riscos relevantes**

O Conglomerado Prudencial Citibank Brasil possui um processo para identificação dos riscos relevantes, sendo que, a partir das diretrizes do grupo e riscos avaliados no planejamento estratégico o banco define o conjunto corporativo de riscos relevantes.

**A Diretoria**

Alexandre Macedo Barbosa  
CRC: 1SP191859/O-5

- o relatório do Diretor Responsável pela Ouvidoria e no que se refere à observância das normas e regulamentos aos direitos do Consumidor e à eficiência da Ouvidoria.

Em sessão realizada em 26 de fevereiro de 2018, reuniu-se com representantes da KPMG Auditores Independentes, onde tomou conhecimento (i) do relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, (ii) dos assuntos de destaque do exercício, e (iii) de outros assuntos relacionados aos trabalhos da auditoria externa.

Adicionalmente, nesta data, examinou e aprovou o Relatório de atividades do Comitê de Auditoria e este resumo, relativos às atividades desenvolvidas no período.

Concluiu, com base nas documentações apresentadas, serem satisfatórios os trabalhos desenvolvidos pelas auditorias interna e externa, eficazes os sistemas e procedimentos de controles internos e recomendou à Diretoria do Banco Citibank S.A., empresa líder do Conglomerado, a aprovação das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2018.

Comitê de Auditoria

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores**

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

**Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar ao Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2018

KPMG Auditores Independentes

KRC 2SP014428/O-6

Luciana Liberal Sâmia

Contadora CRC 1SP198502/O-8



São Paulo

O CITI ESTÁ COM NOVOS  
ESCRITÓRIOS CORPORATIVOS  
NO BRASIL.

PARA SUA EMPRESA  
E FAMÍLIA FAZEREM NEGÓCIOS  
NO MUNDO INTEIRO.

O Citi é o melhor caminho entre a sua empresa, o seu capital privado e o mundo. Conte com o seu banco global em 98 países. Conheça os escritórios do Citi exclusivos para segmentos de negócios Corporativos e de Private Bank:

Belo Horizonte | Brasília | Campinas | Curitiba | Porto Alegre  
Ribeirão Preto | Rio de Janeiro | Salvador | São Paulo

Saiba mais: [citi.com.br/novosescritorios](http://citi.com.br/novosescritorios)